



O significado da política na cobertura do Jornal Nacional: uma representação simplista?¹

Fernanda Nalon SANGLARD²

Paulo Roberto Figueira LEAL³

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, MG

RESUMO

O artigo analisa a cobertura do Jornal Nacional durante o período das convenções nacionais partidárias realizadas pelos três principais partidos na disputa presidencial brasileira de 2010. O objetivo é compreender, neste período pré-eleitoral, quais são as representações que o telejornal faz da política. Busca-se verificar se, tal como ocorre na tendência majoritária de cobertura midiática, a abordagem predominante continua sendo calcada na dimensão meramente factual e nos aspectos negativos do fenômeno político. Pretende-se verificar também qual é o espaço destinado diariamente ao tema no noticiário e se o enquadramento privilegiado fica restrito à cobertura eleitoral-partidária, deixando em plano secundário outras conceituações (e temáticas) possíveis.

PALAVRAS-CHAVE

Palavras-chave: Política; telejornal; representação.

1-Introdução

O conceito de política admite uma pluralidade de acepções – na verdade, definir o que seja a política implica admitir percepções mais ou menos amplas do fenômeno. Trata-se, portanto, de um termo em que disputas de sentido estão se processando nos variados espaços de vocalização em que esta temática é discutida – inclusive os meios de comunicação de massa. Ao estabelecer um significado prioritário para a política, é comum que a mídia torne nulos ou silenciados alguns outros sentidos possíveis.

O objetivo deste artigo é apontar quais foram os enquadramentos majoritários da cobertura política (com suas respectivas concepções sobre o que seja o próprio campo político) em sete edições do Jornal Nacional, principal telejornal da Rede Globo, durante a semana das convenções nacionais dos três partidos que lideram a corrida presidencial para as eleições de 2010 – PSDB, PT e PV (de 9 a 16 de junho de 2010). Além da abordagem destes fatos relativos à campanha eleitoral, obviamente presentes dada a escolha do período, produziram-se matérias em que a temática política tenha sido abordada para além de sua dimensão meramente eleitoral?

¹ Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFJF, email: nandanalon@yahoo.com.br

³ Doutor em Ciência Política (Iuperj), professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF, e-mail: pabeto.figueira@uol.com.br



A questão é relevante porque uma concepção mais ampla de política implica a admissão de que o espaço eleitoral é claramente associado à dimensão política, mas não o esgota. E na disputa pelo sentido social que será predominante sobre o conceito de política, a mídia é um terreno de batalha relevante.

Ao compartilhar da ideia de Kellner (2001) de que na contemporaneidade existiria uma *cultura da mídia*, é plausível afirmar que a variável midiática deve ser considerada também em outras esferas – como a política. Segundo Aldé (2004, p.14), a grande mídia e a televisão, particularmente, “são consideradas, por parte significativa da grande maioria que os consome, fonte importante de referências a partir das quais organizam o mundo e a política”.

Portanto, o modo como o Jornal Nacional trata a política – ou seja, o conjunto de escolhas editoriais utilizadas para abordar a temática, com sua respectiva conceituação implícita sobre a natureza deste campo – tem repercussões sociais. Nesse sentido, o presente artigo busca apontar quais são os enquadramentos majoritariamente dados pelo telejornal à cobertura política – o que implica antes discutir o próprio conceito de enquadramento.

2-Telejornalismo e política: o escândalo como enquadramento preferencial

O conceito de enquadramento foi desenvolvido por Erving Goffman na década de 1970. Apesar de o autor afirmar que a definição foi elaborada a partir de estudos de outros teóricos, o termo *framing* (enquadramento) e sua conceituação foram delineados por Goffman. (LEAL, 2010).

Eu assumo que definições de uma situação são construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos [...] e o nosso envolvimento subjetivo neles; enquadrar é a palavra que eu uso para referir a esses elementos básicos como eu sou capaz de identificar. (GOFFMAN, 1974, p. 10, apud LEAL, 2009, p.4).

A partir da teoria de enquadramento de Goffman, desenvolveu-se também a ideia de enquadramento de mídia, ou enquadramento noticioso (*news framing*). O termo se refere aos modelos de interpretação e seleção que definem aquilo que será destacado ou excluído, com o intuito de organizar o discurso. A partir desse conceito de enquadramento de mídia, também muito usado por Todd Gitlin (1980) – que avançou nos estudos de interface com os meios de comunicação –, torna-se mais compreensível o entendimento de como o jornalismo não apresenta um reflexo fiel da realidade. As notícias jornalísticas são molduras (*frames*), fragmentos da realidade, ou seja, apenas uma das maneiras, dentre tantas possíveis, de enxergar o fato.



Robert Entman (1993 apud LEAL, 2010) aprofunda os estudos da relação do enquadramento com o jornalismo. O autor acredita que enquadrar é selecionar faces da realidade percebida e transformá-las destaques na informação jornalística. Isso se torna possível por meio do uso de definições particulares, termos reducionistas, julgamento de interesse ou avaliação moral, por exemplo.

Uma das grandes percepções de Gitlin (1980) refere-se à compreensão do enquadramento como uma prática rotineira e quase inevitável na prática jornalística. Segundo ele, escolhas temáticas, editoriais e de abordagem são sempre necessárias, o problema está na forma como os enquadramentos são utilizados. O autor questiona a utilização dos mesmos enquadramentos pelos meios de comunicação, contribuindo para a fixação de consensos e reduzindo as possibilidades de discussões aprofundadas.

Como Wolton (1996, p.6) considera a televisão como “elemento central da democracia de massa”, o telejornalismo seria, então, uma relevante fonte informativa utilizada pelos cidadãos para formarem juízo sobre o tema.

(...) a televisão torna-se indissociável da democracia de massa e repousa sobre a mesma aposta: respeitar o indivíduo e prover ao cidadão, isto é, ao espectador, os meios de compreender o mundo em que ele vive. Por tudo isso, a televisão é em nossas sociedades uma questão tão importante quanto a educação, a saúde ou a defesa. (WOLTON, 1996, p. 15-16).

O próprio ato de assistir à TV, segundo Wolton, pode ser considerado uma eleição diária, uma ação tão importante quanto votar nas sociedades democráticas. Manin (1995 apud Aldé, 2004, p.23-25) define que vivemos em uma democracia de público, em que as fontes de informação e de formação da opinião pública não são mais os partidos políticos, o poder executivo ou o legislativo, mas a mídia de massa.

Aldé (2004, p. 19) ainda explicita que “o cenário em que encontramos os cidadãos da democracia contemporânea caracteriza-se por uma esfera pública cada vez mais dependente dos meios de comunicação de massa (...)”. Conforme a autora, nas democracias de público, a televisão tem destaque e se encarrega de fornecer atalhos para a informação política funcionalmente necessária para o cidadão. Mas qual tem sido, segundo relevantes fontes bibliográficas que pesquisam este campo, o enquadramento majoritariamente dado pela mídia aos eventos da política? Certamente as lógicas do espetáculo e do escândalo são duas das mais presentes.

Guy Debord (1997) descreve o mundo atual como a sociedade do espetáculo, na qual os bens têm caráter instantâneo e descartável, e o consumo é uma das principais práticas. O autor ressalta que, nesse contexto, as imagens - consideradas representações



da realidade - são hipervalorizadas, e há afirmação da aparência. Variadas dimensões sociais seriam impactadas por estas valorações.

Trazendo, portanto, o debate dos valores predominantes nessa sociedade para a compreensão do campo jornalístico (inserido em ambiente caracterizado pela competição cada vez mais acirrada e pela disputa por “furos”), é natural que a lógica da espetacularização passe a ser a estratégia preferencial de muitos veículos de comunicação de massa.

O fato de que na esfera da exposição pública constituída pela informação de massa a política se encena para as audiências do jornalismo deixa de constituir um problema. Ao contrário, o gosto do jornalismo pelo espetáculo parece se tornar freqüente, sobre tudo depois do advento da televisão. (GOMES, 2004, p.343).

O somatório de uma sociedade que faz do espetáculo sua lógica predominante, de uma mídia que incorpora esses princípios, e de um espaço político que, cada vez mais, é impactado pelo fato de existir hoje uma democracia de público encontra-se sumarizado por um fenômeno: a tendência à cobertura midiática da política operar em torno do *escândalo*. Thompson (2002) caracteriza como escândalo o acontecimento ocasionado por transgressões de valores, normas ou códigos morais que, depois de divulgados, provocam reações e respostas públicas.

Ressalta o autor que o jornalismo, principalmente investigativo, contribui de forma decisiva para desvendar escândalos. No entanto, esclarece que nem todas as denúncias jornalísticas se transformam em “escândalo midiático”, pois, para ser considerada como tal, é preciso que a revelação tenha repercussão e ganhe visibilidade como tema de interesse da “opinião pública”, ou seja, ela considera que a participação da mídia ocasiona a criação de um novo fato que não existiria sem a sua participação.

Os escândalos políticos, entre os quais se incluem a corrupção individual ou sistêmica, constituem uma das principais matérias primas do jornalismo político moderno. Em parte, os escândalos são explorados com volúpia pela mídia por conta da teoria do cão de guarda e, por outra, por conta da teoria do valor-notícia, ou seja, porque simplesmente vende mais jornal e dá mais audiência. (AZEVEDO, 2010).

Alguns exemplos de escândalos midiáticos recentes na cobertura política são os casos de Monica Lewinsky, nos Estados Unidos, e os mensalões, do PT e do DEM, no Brasil. Tais eventos, ao se transformarem em escândalos, provocaram a exploração política pelos grupos de oposição. Essa é uma das principais consequências desse tipo de fenômeno político.



Em entrevista ao *Jornal do Brasil* em 2002 (COSTA, 2010), a partir do lançamento do livro “O escândalo político” no país, Thompson deixava claro que é impossível ao jornalismo deixar de noticiar e repercutir alguns escândalos. Entretanto, ele recriminava a total submissão à competição comercial e a falta de ética ao expor sem critérios assuntos pessoais que não contribuem para a discussão política, deixando em segundo plano temas mais relevantes socialmente.

- As conseqüências de um escândalo político não são necessariamente deletérias. Jornalistas sempre contribuem para a vida pública ao investigar e revelar casos de corrupção e abuso de poder. Criticar isso é ignorar o importante papel que certos escândalos tiveram para estimular o debate sobre os padrões de conduta na vida pública. (COSTA, 2010).

Logo, há evidências na literatura que apontam uma tendência da mídia no sentido de privilegiar coberturas políticas factuais, espetaculares, baseadas na lógica do escândalo (e, diante da presença dessas variáveis, baseadas numa visão simplista e reducionista da política). Essa configuração é aquela que se encontraria em qualquer recorte empírico? Para verificar a questão, se discutirá a seguir a cobertura política do *Jornal Nacional* entre 9 e 16 de junho de 2010.

3-Nova ambiência eleitoral: os enquadramentos da política no JN

Tendo em vista que se vivencia hoje, na expressão de Manin, uma democracia de público, é preciso apontar características deste momento em que a relação política e mídia torna-se tão estreita. As instituições tradicionais perdem espaço para a imprensa na determinação da agenda pública sobre a política (algo potencializado, no Brasil, pela falta de consolidação dos partidos políticos) e vários efeitos são a isso associados.

A compreensão de que estamos inseridos em uma nova ambiência eleitoral é defendida por Paulo Roberto Figueira Leal (2002) como fundamental para a discussão acerca da comunicação política. O autor intitula como essa “nova ambiência” a série de mudanças relacionadas à americanização da disputa eleitoral, capaz de facilitar o entendimento das principais diferenças entre o momento atual e períodos anteriores.

A crescente valorização do candidato e desvalorização da identificação partidária, e a prevalência dos fatores de curto prazo como instrumentos de decisão do voto, são alguns elementos típicos da cultura norte-americana que foram “emprestados” a outras partes do mundo e hoje também integram a democracia de público brasileira.

Na tipificação de Popkin, o critério do eleitor é o do processamento de informações de forma clínica, e não de forma estatística. Popkin observa que o personalismo é mais típico das eleições nos EUA do que nos países com



sistemas parlamentaristas; contudo, a globalização das características do modelo de campanha americano (com a universalização, por exemplo, da centralidade da televisão na propaganda política) torna as diferenças cada vez menores, ao longo do tempo. (LEAL, 2002, p.70).

Se, como sustentado por Aldé (2004) é a televisão o meio mais destacado como fornecedor de atalhos de informação política para o cidadão, é preciso verificar não apenas como o discurso televisivo trata da política, mas também se essas características associadas à nova ambiência eleitoral estão ali presentes.

Abordando especificamente o caso brasileiro, Wolton (1996) ressalta que a TV é assistida por todos os grupos sociais e representa um fator de integração social. Conforme o autor, boa parte da tradição “pública” da televisão brasileira se deve à hegemonia da Rede Globo, o que legitima a escolha do objeto do presente artigo.

O Jornal Nacional (JN) ainda pode ser considerado o telejornal de maior audiência no Brasil. Conforme informações da pesquisa Ibope de maio de 2010, divulgada pela Rede Globo, o programa concentra 31 pontos da audiência (cada ponto de Ibope equivale a cerca de 60 mil domicílios sintonizados), o que representa 54% da participação total no segmento (telejornais). (GLOBO, 2010).

Com o intuito de verificar como ocorreu a cobertura dos assuntos relacionados à política durante a semana das convenções nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido Verde (PV), optou-se pela análise de conteúdo.

A escolha de tal método é justificada por possibilitar a verificação da pertinência ou não, no específico caso estudado, da hipótese geral de que os meios de comunicação de massa, em especial a televisão, contribuem para fixar conceitos reducionistas sobre o que seja a política, ao se limitarem à cobertura eleitoral e ao construírem visões potencialmente negativas dos processos ou atores políticos.

Outra verificação que se pretende fazer é relativa ao tempo dedicado à cobertura da política nacional, e ao tipo de enquadramento dado a ela – por exemplo, se há predominância da lógica do escândalo midiático e se são verificáveis dimensões como a personalização da política nas matérias cujo foco seja o processo eleitoral. Não se tem aqui a pretensão, dada a exiguidade do período analisado, de generalizar as conclusões – busca-se, apenas, verificar se uma tendência geral apontada pela literatura dialoga com as evidências empíricas do objeto em questão.

No período analisado, todas as edições do JN tiveram tempo aproximado de 30 minutos e cerca de 20 notícias. Para facilitar a análise, as notícias foram categorizadas



em nove temas: Copa, Economia, Esporte, Internacional, Nacional, Política, Política Internacional, Previsão do Tempo e Programação própria (chamadas e matérias sobre outros programas da emissora, como Globo Repórter e Fantástico).

Das 149 matérias que foram ao ar nas sete edições, 76 abordaram a Copa do Mundo de Futebol, 20 assuntos variados de caráter nacional, 17 a política nacional, dez assuntos internacionais, sete a previsão do tempo, seis a política internacional, cinco assuntos relacionados à economia, quatro outros tipos de esporte que não associados à cobertura da Copa (como Fórmula 1) e quatro sobre a própria programação da Rede Globo.

Concentrou-se a análise nas 17 notícias sobre a política nacional, o que tornou possível verificar que apenas em uma edição (do dia 10 de junho) o tempo dedicado a este assunto foi superior a 25% do tempo total do noticiário.

Notícias veiculadas no Jornal Nacional				
Data	Nº total de notícias	Tempo total aprox. da edição	Nº notícias sobre política nacional	Tempo total notícias de política nacional
9/6/10	22	34 minutos	2	4 min 20s
10/6/10	18	34 minutos	3	9 min
11/6/10	22	33 minutos	1	1min 55s
12/6/10	20	33 minutos	2	5min 50s
14/6/10	24	34 minutos	2	1min 5s
15/6/10	19	32 minutos	2	3 min
16/6/10	16	33 minutos	5	5min 25s

Tabela 1: Comparativo da quantidade e do tempo total de notícias por dia

Devido ao fato de o período analisado coincidir com a cobertura da primeira semana da Copa do Mundo de Futebol, já era esperado que os jogos do campeonato tivessem mais destaque que qualquer outro tema no noticiário. Entretanto, não se imaginava que todos os dias cerca de 50% do conteúdo seriam sobre a Copa. Pode-se perceber que não houve regularidade das outras temáticas durante os sete dias de análise. Elas foram dissolvidas no telejornal e, normalmente, só ganharam maior destaque quando representavam um “escândalo midiático” (como as matérias que abordaram o caso de um lavrador do Maranhão suspeito de ter sete filhos com a própria filha) ou tema de grande interesse público em caráter nacional (como as convenções partidárias e a sanção do reajuste da aposentadoria).

Classificação da quantidade de notícias sobre política nacional pelo tipo de produção		
Nota seca	Nota coberta	Reportagem
5	2	10
Total de notícias sobre política nacional: 17		

Tabela 2: Comparativo da quantidade de notas e reportagens

Em relação à produção das notícias, as reportagens sobre a Copa também foram priorizadas durante a semana de análise, sendo sempre o assunto que todos os dias “abria” o JN. A cobertura do mundial teve muitas matérias e poucas notas (no máximo duas por edição em uma média de dez notícias sobre o assunto por dia). Em relação à cobertura política, das 17 notícias veiculadas, dez podem ser consideradas reportagens (por apresentarem “cabeça” do âncora e *videotapes* que continham entrevistas e participação do repórter), cinco notas secas (quando apenas o âncora fala, sem uso de imagem) e duas notas cobertas (quando mostra imagens do fato, mas tem apenas narrativa do repórter ou do âncora).

Durante a análise, um dos aspectos que mais chamou a atenção foi o fato de a Convenção Nacional do PT, que ocorreu no domingo (quando não há edição do JN) 13 de junho, não ter sido mencionada em reportagem do JN (ver tabela 3) em nenhum outro dia da semana. Apesar de as matérias sobre as convenções do PV e PSDB terem recebido o mesmo destaque e sido veiculadas com o mesmo tempo (quatro minutos e cinquenta segundos), fica nítido o silenciamento em relação à oficialização da candidatura de Dilma Rousseff (PT).

Na edição de 13 de junho, o Fantástico (revista semanal da Rede Globo) noticiou a convenção do PT. A reportagem teve exatamente a mesma duração das matérias do JN, mas, como os programas são voltados para públicos diferentes e têm índices de audiência distintos, mesmo pertencendo à mesma emissora, fica clara a opção do JN por não dedicar espaço ao evento petista.

Ainda que Dilma tenha sido citada mais vezes que os demais então pré-candidatos à presidência nas notícias do JN, isso não quer dizer que todas as referências tenham sido positivas, e nem é o objetivo deste trabalho analisar tal questão - entretanto, tornou-se nítido o silenciamento do momento mais importante de sua candidatura. Marina Silva foi, dentre os três principais pré-candidatos, a menos citada no total de notícias analisadas.

Número total de vezes que os nomes dos candidatos foram citados nas matérias		
Dilma	Serra	Marina
14 vezes	10 vezes	8 vezes (todas na mesma matéria)

Tabela 3: Comparativo entre citações dos nomes dos candidatos

Buscou-se compreender também a valência das notícias em relação à política. Para tal, foi seguido o modelo utilizado pelo Laboratório de Pesquisa em Comunicação



Política e Opinião Pública (Doxa) do Iuperj (ALDÉ, MENDES; FIGUEIREDO, 2010), que classifica as valências em positiva, neutra e negativa. Apesar de muitos pesquisadores usarem o instrumento para atribuir valências aos candidatos ou aos partidos, a categorização utilizada nesta pesquisa foi feita em relação à política em geral. Sendo assim, serão consideradas:

- Matérias de valência positiva - aquelas que contiveram mais termos favoráveis à política, que demonstraram ações engajadas e preocupações sociais, além de declarações de personalidades políticas ou candidatos contendo avaliação favorável, de ordem moral, política ou pessoal;

- Matérias de valência negativa - aquelas que usaram mais termos depreciativos, ataques entre candidatos e personalidades políticas, termos pejorativos, atos de corrupção e declarações controversas, que reproduziram ressalvas, críticas e colocaram em dúvida a moralidade ou honestidade das atitudes políticas;

- Matérias de valência neutra - aquelas que se restringiram a apresentar a agenda dos pré-candidatos, que apresentaram termos positivos e negativos na mesma proporção, citações sem avaliação moral, política ou pessoal sobre os políticos, ou que, ao falar de algum avanço na política também frisou ações questionáveis.

Categorização quanto à valência das notícias			
Matérias	Negativa	Neutra	Positiva
Pesquisa Ibope Todos pela Educação		x	
Dossiê – denúncias de espionagem	x		
Divisão dos recursos do petróleo aprovada no Senado provoca revolta	x		
Esquema de funcionários fantasmas no Senado	X		
Convenção Nacional do PV – candidatura Marina Silva			x
TSE determina que Lei Ficha Limpa vai valer para próximas eleições		x	
PMDB e PDT oficializam apoio ao PT / Michel Temer vice de Dilma		x	
Convenção Nacional do PSDB – candidatura Serra		x	
Romeu Tuma Júnior é exonerado do cargo	X		
PSB oficializa apoio a Dilma Rousseff nas eleições		x	
Governo sanciona reajuste de 7,7% aos aposentados	X		
Ministro do STJ multa PSDB por propaganda eleitoral antecipada	X		
Considerada inconsistente denúncia contra supostos funcionários fantasmas do Senado	X		
Dilma visita presidente da França		x	
Senado aprova Estatuto da Igualdade Racial			X
Reajuste para aposentados a partir de agosto		x	
Comissão da Câmara pede audiência sobre participação estrangeira em veículos de mídia	X		
Total: 17	8	7	2

Tabela 4: Comparativo da valência das notícias

Das 17 notícias sobre política, oito abordaram o tema a partir de viés negativo, sete podem ser consideradas neutras e duas positivas. A reportagem sobre a convenção do PV, veiculada no dia 10 de junho, foi considerada positiva por reproduzir falas favoráveis à política e aos políticos, não utilizar termos negativos, expor um evento democrático e de fortalecimento do partido. As seguintes passagens confirmam a categorização:

Quem participou da convenção ganhou uma bolsa ecológica e uma camisa verde e amarela com o símbolo e o número do Partido Verde. (...) O programa tem dois eixos principais: educação com inovação do conhecimento para atender, entre outros objetivos, a escassez de mão de obra qualificada. E meio ambiente, que estará no centro das políticas públicas. Marina Silva chegou à convenção no início da tarde, quando o auditório com capacidade para três mil pessoas estava lotado. (...) A platéia foi surpreendida com um palhaço no palco que ironizou os adversários políticos e teve que ser retirado. Uma das promessas do PV é não atacar outros candidatos à presidência durante a campanha. (JN, 10 jun. 2010)

Já a reportagem sobre a convenção do PSDB, veiculada no dia 12 de junho, foi categorizada como neutra porque, apesar de também conferir espaço a um evento democrático e ao fortalecimento partidário, usou proporção semelhante de termos positivos e negativos, conferindo destaque a alguns ataques dos tucanos aos adversários.

Os principais compromissos da campanha foram apresentados pelo próprio candidato. Na educação, recuperar o ensino básico com dois professores por sala de aula na primeira série, criar um milhão de novas vagas em escolas técnicas e aumentar o número de cursos profissionalizantes. (...) O presidente do PSDB, Sérgio Guerra, disse que Serra será o candidato do equilíbrio e que espera uma campanha limpa e popular. E mencionou denúncias recentes de uma suposta tentativa de espionagem contra o candidato tucano. (...) O ex-governador de Minas, Aécio Neves, (...) fez um discurso entusiasmado. “Não nos atemorizam a propaganda enganosa, a falácia de alguns, mas sabemos que temos ao nosso lado o melhor dos candidatos, o mais preparado, um líder de fato e não, como diz Fernando Henrique, apenas o reflexo de um líder”. (JN, 12 jun. 2010).

Para a análise dos enquadramentos apresentados pelo JN, foram utilizadas as conceituações de Aldé, Mendes e Figueiredo (2010), que também são baseadas no modelo do Doxa. Os pesquisadores classificam os enquadramentos adotados em “corrida de cavalos (pesquisas de intenção de voto, análises de posicionamento, possibilidades etc.); personalista (perfil, personalidade, trajetória pessoal), temático (tratamento substantivo dos assuntos) e episódico (dedicado ao acontecimento, fato, agenda etc.)”.

Como todas as reportagens veiculadas no período de análise focaram assuntos factuais, o que pode ser justificado pelo imediatismo conferido à televisão, foram



enquadradas como episódicas. As reportagens são caracterizadas por pautas provenientes do campo da política e pelo agendamento, já que foram produzidas em decorrência de divulgações de pesquisa de opinião, assuntos e revelações que partiram da Câmara dos Deputados ou do Senado e de eventos previamente programados pelos partidos. Entretanto, algumas notícias também se encaixam em outras categorizações.

As duas matérias sobre as convenções partidárias podem ser caracterizadas pelo personalismo, pois o perfil e a trajetória pessoal dos candidatos Marina Silva e José Serra receberam mais destaque que os projetos para o governo.

Maria Osmarina Marina Silva tem 52 anos. É casada e tem quatro filhos. Nasceu em Breu Velho, no Acre. Aprendeu a ler e a escrever aos 16 anos. Formou-se em História. Foi seringueira, sindicalista, vereadora, deputada estadual e está no segundo mandato de senadora. Ambientalista, Marina ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT). Foi ministra do Meio Ambiente de Lula, mas deixou o governo por desentendimentos sobre a política ambiental. Saiu do PT para se lançar candidata à presidência pelo Partido Verde. (JN, 10 jun. 2010).

Nascido em São Paulo, tem 68 anos, casado, dois filhos. Na época do golpe militar de 64, presidia a União Nacional dos Estudantes. Perseguido pelo novo regime, foi para o exílio. Serra voltou para o Brasil em 68. Foi professor de economia, secretário de Planejamento de São Paulo e ministro do Planejamento e da Saúde, no governo Fernando Henrique. (JN, 12 jun. 2010).

Outras três matérias são exemplos de personalização da política. Uma delas aborda a exoneração de Romeu Tuma Júnior do cargo de secretário Nacional de Justiça, devido à suspeita de envolvimento com um chinês preso por contrabando. Ao invés de focar a questão do contrabando e aprofundar na questão política, o caso foi personificado na figura de Tuma. A cobertura da viagem de Dilma Rousseff à França também foi extremamente personalista, por não focar as negociações do Brasil com aquele país e se concentrar nos encontros da candidata com a líder do partido socialista e com o presidente da França. Na nota seca sobre a denúncia de um esquema de funcionários fantasmas no Senado envolvendo o senador Efraim Morais (DEM), também houve ênfase nos personagens envolvidos, sem espaço para discussão ampla sobre os casos de corrupção.

Algumas matérias ainda podem ser enquadradas como temáticas, por oferecerem tratamento substantivo, mas que apresentaram apenas o aspecto essencial e pouco aprofundado dos assuntos. Até mesmo pelo tempo restrito dedicado a elas – justificado pelo perfil da cobertura do telejornal e pela preferência em destacar a Copa do Mundo –, acabaram por se aproximar deste tipo de classificação.

Foram exemplos deste tipo de abordagem a mesma nota sobre a denúncia de funcionários fantasmas de Efraim Morais, a matéria da oficialização do apoio do PMDB e PDT ao PT, e a nota sobre a decisão do TSE em multar o PSDB por propaganda antecipada contra Dilma, dentre outras. Na semana de análise não houve divulgação de pesquisas de intenção de voto, nem análises de posicionamento, por isso, nenhuma matéria foi classificada por privilegiar a “corrida de cavalos”.

Para facilitar a compreensão do conteúdo analisado e das evidências que demonstram o uso de alguns enquadramentos, destacam-se outras tendências observadas em três subgrupos:

1) Lógica do escândalo

A inclinação em noticiar o escândalo se fez presente. Duas notícias, em especial, podem ser destacadas por esta característica. A primeira foi a reportagem sobre o suposto esquema de dossiês por integrantes do PT, que ressalta possíveis transgressões de valor, normas e códigos morais, incitando reações e respostas públicas. Os termos “denúncia”, “espionagem” e “investigação” se fizeram presentes em vários momentos. A exoneração do secretário nacional de Justiça, Romeu Tuma Júnior deveu-se à investigação por suspeita de envolvimento com o chinês Paulo Li, acusado de contrabando, e de tentativa de interferir em resultado de um concurso público. Os principais termos presentes na nota coberta relacionados às transgressões que caracterizam o escândalo foram “gravações”, “investigado” e “ilegalidades”.

Contudo, seguindo a ressalva de Thompson (2002), nem todo escândalo político noticiado se transforma em escândalo midiático. Portanto, ainda não é possível prever se os dois casos ganharão tal amplitude. Mas, como explica o autor, é importante discutir o uso do escândalo político pela mídia, por ser um fenômeno relacionado a mudança no caráter da política, como explica Leal (2002) ao falar da nova ambiência.

2) Abordagem espetacularizada

A tendência foi percebida no uso de ofensas e críticas pessoais durante a cobertura. O espaço destinado a repercutir desavenças entre políticos também é uma marca da abordagem espetacularizada e se fez presente, principalmente, na reportagem sobre emenda aprovada no Senado para alterar a divisão dos recursos do petróleo veiculada em 10 de junho.

As seguintes passagens comprovam tal ênfase: “Foi uma longa madrugada de negociações” e “O resultado irritou parlamentares de estados produtores”, assim como a fala do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) – “O Rio de Janeiro está sendo agredido de



uma forma brutal, agredindo um direito adquirido, agredindo um ato perfeito. É a maior agressão que o Rio de Janeiro já sofreu”. Vale ressaltar que tanto a lógica do escândalo quanto a abordagem espetacular são considerados valores-notícia, ou seja, critérios do que deve ser noticiado, já que costumam atrair o interesse do público e têm maior chance de mobilizar a “opinião pública”.

3) *Ênfase na disputa eleitoral e silenciamento de outras leituras*

Nos setes dias de análise, apenas duas matérias abordaram a política de forma mais ampla, não ficando restritas apenas ao caráter eleitoral partidário e às ações executivas e legislativas. Todas as outras silenciaram leituras sobre a política que não fossem a disputa eleitoral e os eventos espetaculares ou que tendem a se transformar em escândalo midiático. A primeira reportagem que fugiu desta característica foi referente à pesquisa Ibope Todos pela Educação, veiculada no dia 9 de junho, sobre quais temas os brasileiros mais se preocupam e o que consideram ser prioritário para o próximo governo. Já a segunda, veiculada no dia 16 de junho, apesar de estar atrelada a uma ação legislativa, a aprovação no Senado do Estatuto da Igualdade Racial, demonstrou a abrangência da política em termos sociais e de participação.

4-Considerações finais

O objetivo deste artigo não foi buscar descobrir as razões para os silenciamentos (como o da convenção do PT) ou para o reforço de alguns conceitos reducionistas sobre a política, mas sim, demonstrar que eles ocorrem e confirmar que, assim como foi afirmado por alguns pesquisadores, como Alessandra Aldé (2004), em muitos momentos o Jornal Nacional (JN) enfatizou o espetáculo ou as notícias de agenda política em detrimento de reportagens mais profundas e educativas sobre o assunto.

A partir da análise, comprovou-se que outros temas, em especial a Copa do Mundo de Futebol, tiveram mais destaque do que a política no JN. Por meio da observação das valências e dos enquadramentos, foi confirmada a hipótese de que o telejornal ofereceu enquadramentos baseados em aspectos reducionistas e negativos sobre a política. Embora haja a evidência de que o JN dedicou pouco espaço ao assunto, foi negada a hipótese de que, na cobertura política, as notas seriam privilegiadas em detrimento das reportagens. Ao todo, foram veiculadas dez reportagens e sete notas.

Mas a tônica, como aponta a análise, foi uma cobertura política factual e centrada em uma leitura de política que a associa apenas a escândalos e eleições (numa



perspectiva personalista). Apesar de haver numerosas evidências de que estas são características recorrentes de diversos outros jornais, devido às políticas editoriais, critérios de noticiabilidade, escolhas de enquadramentos tradicionais, entre outros fatores até mesmo subjetivos, o artigo buscou demonstrar que, na semana analisada, o principal telejornal do país não se mostrou capaz de oferecer uma visão multifacetada do campo político.

5-Referências bibliográficas

ALDÉ, Alessandra. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALDÉ, Alessandra; MENDES, Gabriel; FIGUEIREDO, Marcus. **Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006**. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/viewFile/1688/1432>>. Acesso em: 11 jul. 2010.

AZEVEDO, Fernando. **Corrupção, mídia e escândalos midiáticos no Brasil**. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neamp/artigos/artigo_97.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2010.

COSTA, Cristiane. **Uma teoria do escândalo político**. Disponível em: <<http://www.observatoriadaimprensa.com.br/artigos/asp021020023.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the new left**. Berkeley: University of California Press, 1980. (p.6-50).

GLOBO. **Direção Geral de Comercialização**. Disponível em: <http://comercial.redeglobo.com.br/programacao_jornalismo/jornalnacional_dados.php>. Acesso em: 5 jul. 2010.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: Edusc, 2001.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **A nova ambiência eleitoral**. In: Lumina, Juiz de Fora: Facom/UFJF, v.5, n.2, p.67-77, jul./dez. 2002.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Análise de enquadramento noticioso televisivo: o Jornal Nacional e a representação dos atores envolvidos no Caso do Morro da Providência**. Intercom: Curitiba, set. 2009.

_____. **Análise de enquadramento noticioso na cobertura do escândalo dos Sanguessugas**. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/An%C3%A1lise_de_enquadramento_noticioso_na_cobertura_do_esc%C3%A2ndalo_dos_Sanguessugas:_uma_abordagem_do_jornalismo_pol%C3%ADtico_impreso>. Acesso em: 24 mar. 2010.



SOUZA, Florentina das Neves. **Espetáculo e escândalo na cobertura política do Jornal Nacional**. Disponível em:
<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/4653/4377>>. Acesso em:
12 jul. 2010.

THOMPSON, John B. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WOLTON, Dominique. **Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão**. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1996.